



**CRISE DEMOCRÁTICA E RACISMO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA
ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO**

**DEMOCRATIC CRISIS AND RACISM IN BRAZIL: EVIDENCE FROM THE
ELECTION OF JAIR BOLSONARO**

**CRISIS DEMOCRÁTICA Y RACISMO EN BRASIL: EVIDENCIAS A PARTIR DE LA
ELECCIÓN DE JAIR BOLSONARO**

Ariel Finguerut¹

Priscila Elisabete da Silva²

 10.21665/2318-3888.v8n16p56-87

RESUMO

Tendo por perspectiva a crise democrática atual este artigo visa ampliar a compreensão sobre a figura política de Jair Messias Bolsonaro buscando entender como seu governo se relaciona com a crise. O caminho metodológico seguido foi à análise de seu pensamento a partir de alguns de seus discursos (tornados públicos), bem como o de algumas figuras de seu governo, à luz de aportes teóricos da Ciência Política e da Sociologia (com ênfase na Sociologia das Relações Raciais). Objetivamos ressaltar aspectos presentes no governo de Bolsonaro que nos ajudam a construir uma visão mais sistêmica (ampla) sobre a crise democrática brasileira. Tal análise nos possibilita concluir que o governo de Jair M. Bolsonaro não só se alinha a uma mentalidade retrógrada e racista como também instrumentaliza (por meio de estratégias populistas e nacionalistas) o descontentamento de parte dos brasileiros frente aos desafios de um regime democrático em favor de um projeto de poder disruptivo, porém em concordância com a colonialidade de poder que ainda nos atravessa.

Palavras-chave: Democracia. Racismo. Bolsonaro.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), membro do Conselho editorial da Revista Malala (USP).

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora das relações étnico-raciais no Brasil.

ABSTRACT

Within a view to the current democratic crisis, this article aims to a broaden understanding of the political figure of Jair Messias Bolsonaro, seeking to understand how his government relates to the crisis. The methodological path followed was the analysis of his thinking based on some of his speeches (made public), as well as that of some figures of his government, in the light of theoretical contributions from Political Science and Sociology (with an emphasis on the Sociology of Relations Racial). We aim to highlight aspects in the Bolsonaro government that help us to build a more systemic (broad) view of the Brazilian democratic crisis. This allows us to conclude that the Bolsonaro’s government not only aligns with a retrograde and racist mentality, but also instrumentalizes (through populist and nationalist strategies) part of the electorate discontent with the regime or even that is openly anti-democratic and in favor of a project of disruptive power. We argue that his government is in agreement with the coloniality of power that still crosses us.

Keywords: Democracy. Racism. Bolsonaro.

RESUMEN

Partido de la actual crisis democrática, este artículo tiene como objetivo ampliar la comprensión de la figura política de Jair Messias Bolsonaro, buscando entender cómo se relaciona su gobierno con la crisis. El camino metodológico seguido fue el análisis de su pensamiento a partir de algunos de sus discursos (hechos públicos), así como el de algunas figuras de su gobierno, a la luz de aportes teóricos de la Ciencia Política y la Sociología (con énfasis en la Sociología de Relaciones Raciales). Nuestro objetivo es resaltar aspectos del gobierno de Bolsonaro que nos ayuden a construir una visión más sistémica (amplia) de la crisis democrática brasileña. Esto nos permite concluir que el gobierno de Bolsonaro no solo se alinea con una mentalidad retrógrada y racista, sino que instrumentaliza (a través de estrategias populistas y nacionalistas) parte del descontento del electorado con el régimen o incluso que sea abiertamente antidemocrático y a favor de un proyecto de poder disruptivo. Argumentamos que su gobierno está de acuerdo con la colonialidad del poder que aún nos atraviesa.

Palabras clave: Democracia. Racismo. Bolsonaro.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 é um marco para a democracia brasileira. Sinaliza o fim do regime militar e se construiu a partir de diferentes forças políticas e intensas mobilizações sociais. A Carta enfatiza a cidadania, a autonomia dos poderes e os Direitos Humanos. Passou para a história como a Constituição Cidadã.

Não obstante, o pluralismo partidário, a ampla garantia de direitos; um federalismo de dimensões continentais e o impacto do reconhecimento de acordos internacionais à soberania nacional são temas que têm sido levantados para questionar a viabilidade do sistema político democrático (isto é, sua governabilidade). A estes, somam-se argumentos como o excesso de partidos políticos; o vício de governar por decretos presidenciais; a interferência do judiciário na política e a indiferença do povo ao processo decisório. Para compreendermos o contexto político atual é importante ter em mente esse histórico, pois este debate está no cerne da concepção de sociedade democrática.

Localizamos o início do que hoje é chamado de “crise política” no ano de 2013, a partir do Impeachment sofrido pela Presidente Dilma Rousseff. Desde então temos visto uma radicalização na política brasileira, isto é, o aumento da polarização ideológica, a instrumentalização política da intolerância e campanhas de desinformação. Dito de outra maneira, após o Brasil experimentar duas décadas de melhorias nos índices de qualidade de vida da população³ observamos o crescimento de uma “onda conservadora⁴” constituída por diferentes movimentos (neopentecostais, liberais, nostálgicos do Regime Militar, Monarquistas, neofascistas, entre outros) que se unificam contra o que identificam como inimigo comum: o sentimento anti-esquerda, encarnado

³ Sobre o tema conferir dados em <https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2020>. Acessado em: 26/11/2020.

⁴ Cf. Ódio como Política – A reinvenção das Direitas no Brasil. Organizado por Esther Solano Gallego. Ed. Boitempo, SP. 2018. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf Acessado em 26 nov. 2020.

na figura do Partido dos Trabalhadores (PT). A onda conservadora que se formou em 2013, cresceu em 2016 e culminou na eleição (em 2018) de Jair Messias Bolsonaro.

Neste artigo refletimos sobre o pensamento e ações de Jair M. Bolsonaro a fim de destacar elementos que caracterizam seu governo (populismo, autoritarismo e racismo) e adensam o cenário de crise democrática. O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira (Hierarquia racial e projeto nacional) localizamos a crise dentro de uma perspectiva mais ampla relacionada ao processo colonizador que fundou nosso país; na segunda sessão (Democracia à brasileira: o líder autoritário democraticamente eleito) e na terceira (Entre o ódio, a democracia e a sedução da Classe Média) discutimos a concepção de democracia presente no imaginário social brasileiro pontuando diferentes características e conceitos; na quarta sessão (Autoritarismo e populismo no líder democraticamente eleito) buscamos caracterizar o surgimento da figura política Bolsonaro, destacando seus valores e elementos centrais em seu governo. Fechamos a reflexão apontando para os riscos que corremos não só para a governança como para o próprio sentido do regime democrático.

1. Hierarquia racial e projeto nacional

“Esqueça a Bolsa de Valores ou a especulação imobiliária. O negócio que nunca sai de moda nem apresenta risco ao investidor é o racismo à brasileira. Fundada na colonização, capitalizada na escravidão e repaginada na era das redes sociais, a discriminação racial se consolida cada vez mais como o título de renda mais sólido para governos, empresas e pessoas físicas que lucram com a eliminação de corpos negros. Nem mesmo o brutal assassinato de João Alberto Freitas, o Beto, espancado por seguranças na porta do Carrefour, em Porto Alegre, ameaça a estabilidade dos rendimentos. Afinal, toda a cartela de aplicações está estruturada sobre a lógica da diversificação das formas de opressão e massacre.”

BREILLER PIRES, 2020⁵

⁵ **Extermínio de negros, o empreendimento mais bem-sucedido do Brasil.** In: El País, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-11-20/exterminio-de-negros-o-empreendimento-mais-bem-sucedido-do-brasil.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

A fala do jornalista Breiller Pires levada ao público no dia 20 de novembro de 2020, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (Lei 12.519/11) não é forte somente por ecoar o grito dos subalternizados dentro da sociedade brasileira (negros, indígenas, população LGBTQIA+ imigrantes não-europeus, entre outros grupos classificados por “minorias”), mas sobretudo por evidenciar uma lógica de poder (colonialidade) que nos constitui e nos atravessa.

La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social. (QUIJANO, 2014, p.287).

Não é por acaso que na fala de Breiller Pires vemos referências como “racismo”, “colonização”, “escravidão”, “discriminação”, lucro, capitalismo, empresa, “opressão e massacre”. Não por acaso esses conceitos se inter cruzam para narrar a “eliminação de corpos negros”. Como nos elucidava Quijano (2014) em favor do sistema-mundo capitalista a humanidade foi classificada e hierarquizada e viu nascer um “padrão mundial de poder” (colonialidade) que, a partir da Europa e legitimada pela ideia de modernidade (perspectiva cognitiva que se afirma como única racionalidade válida) se expande impondo-se como a realidade (modelo de humanidade, de Ser e Viver a experiência humana).

Não devemos esquecer que somos um país que nasceu (foi inventado) sob o julgo do eurocentrismo e, como tal, aprendemos a nos ver a partir de suas lentes. O Brasil é uma nação que se afirmou negando sua diversidade étnica em favor do modelo de civilidade imposto por uma visão de mundo europeia. Ser reconhecido como moderno significou homogeneizar sua diversidade, isto é, negá-la em favor de certa aproximação de nações ditas civilizadas. Assim nasce nosso projeto de nação: reproduzindo internamente a colonialidade, isto é, uma lógica de poder baseada na dominação e submissão (material e simbólica) do dominado em favor da acumulação de bens materiais e simbólicos para posse e manutenção do poder do dominador.

Um dos eixos centrais que possibilitou esse modelo de mundo hierarquizado (eurocentrado) foi o racismo. A construção de uma narrativa que separava os humanos em grupos distintos a partir da ideia de que a “raça branca”⁶ (europeia) era superior às demais e, portanto, caberia a ela a “missão” de dominar tudo ao seu redor encontrou ressonância entre as elites brasileiras seja durante a colonização, seja após a Proclamação da República.

Ao estudar o discurso racial presente na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX podemos perceber o quanto teorias racialistas povoavam o imaginário social de grande parte das elites nacionais servindo, inclusive, como suporte para formulações que partiam do branqueamento da população negra e indígena para forjar a nação moderna tão almejada (SCHWARCZ, 1996 e 1993; MUNANGA, 2004 e 2008; SKIDMORE, 2012; SILVA, 2020).

A partir da década de 1930, com Gilberto Freyre, esse projeto passa a ser apresentado sob nova roupagem. Há um deslocamento do plano biológico para o cultural. A miscigenação cultural passa a ser compreendida como elemento constituinte do brasileiro e, conseqüentemente, da identidade nacional. Apesar dessa construção aparentemente harmônica (o que posteriormente ficou conhecida por democracia racial), a lógica hierárquica manteve-se de forma implícita. O racismo continuou operando como organizador das relações sociais e o branqueamento cultural passou a ser visto como norma. Tal construção teve impacto no imaginário social brasileiro. A ideia de democracia racial tanto serviu para “apagar” o passado escravista, quanto se prestou a dar um sentido de unidade (povo) para a sociedade nascente (BASTOS, 1991). Contudo, o conceito de “democracia racial”, em Freyre, se restringiu à dimensão social, não chegando à dimensão dos direitos políticos (GUIMARÃES, 2002). Enquanto no plano social (público) afirmava-se a ideia de democracia racial, no plano íntimo

⁶ O termo aqui é usado em referência ao sentido que lhe é atribuído nas relações sociais, bem como em consonância com as acepções históricas que recebeu e recebe em nossa sociedade. Ainda que o termo (e conceito) não apresente validade biológica quando usado para classificar seres humanos (tendo em vista que a humanidade pertence a uma única raça) não deixou de ser utilizado como organizador de relações assimétricas de poder legadas pela colonialidade.

(privado) o racismo permaneceu como instrumento para controle dos negros e indígenas em favor da manutenção do legado da colonialidade.

Essa visão do Brasil como sendo uma democracia racial foi contestada a partir de estudos realizados na década de 1950, quando se comprova a existência e eficácia do racismo como organizador das relações raciais. O “preconceito de cor” era utilizado para conter a ascensão social dos negros e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção das vantagens sociais que a elite branca detinha dentro da nova estrutura social (SILVA, 2008).

Ao revisitar esses momentos de nossa história é possível perceber que, independente do contexto histórico e político, a lógica da hierarquia racial esteve presente (de maneira implícita ou explícita). Trata-se de uma lógica de poder opressiva que se impôs a partir da desconstrução de outros modos de viver. Essa lógica nos foi ensinada já no contexto da colonização, pois como explica Quijano (2014, p. 287):

El eurocentrismo, por lo tanto, no es la perspectiva cognitiva de los europeos exclusivamente, o sólo de los dominantes del capitalismo mundial, sino del conjunto de los educados bajo su hegemonía.

No contexto republicano não deixamos de reproduzir essa lógica opressora e racista. Parte considerável de nossa elite (homens de letras e de ciências, além de empresários) ocupando os espaços de poder herdado pelo colonialismo (dentro da política, dos centros de produção do conhecimento como Faculdades de Direito e Medicina, dos meios de comunicação, das instituições públicas e privadas) disputavam a posse do poder material e simbólico enquanto para o restante da população brasileira se aplicava políticas de controle social (SKIDMORE, 2012; SILVA, 2020).

Esse processo ideológico e racista materializou-se por meio de práticas cotidianas seja no plano público, seja no privado sem, contudo, se mostrar enquanto tal. Como resultado, aprendemos enquanto sociedade e enquanto indivíduos a reproduzir a lógica de poder-submissão (QUIJANO, 2014) por meio de diferentes estratégias, mas que tem em comum a ideia de raça como marcador elementar para uma concepção hierárquica

de sociedade que, no limite, justificaria a superioridade de uns (da branquitude⁷ e seus privilégios) em detrimento dos demais.

2. Democracia à brasileira: o líder autoritário democraticamente eleito

As democracias constitucionais de direito são uma forma sociopolítica que visam conciliar os princípios da igualdade, da liberdade e da legitimidade, mesmo em sociedades marcadas pela desigualdade socioeconômica. A democracia ancora-se nos princípios da isonomia e da isegoria. O primeiro diz respeito à igualdade dos cidadãos perante a lei. O segundo princípio é o direito assegurado a cada cidadão de, no espaço público, expor suas opiniões, discuti-las e tê-las aceitas ou recusadas nesse mesmo fórum. (TINEU, 2020, s/p.).

Partindo da concepção de democracia trazida por Tineu (2020) e entendendo que o histórico escravocrata de nossa sociedade deixou profundas marcas em nosso imaginário social entendemos que a sociedade brasileira aprendeu a conviver com um modelo singular de democracia, uma variante disforme que se vale de estruturas democráticas – como o pleito – para legitimar figuras autoritárias como se reproduzisse, no contexto contemporâneo, a colonialidade de poder. É a partir dessa chave interpretativa que podemos explicar a ascensão de uma figura como Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil.

Jair M. Bolsonaro pode ser entendido como exemplo emblemático do que a cultura brasileira produziu nas subjetividades a partir do ranço colonial, da colonialidade de poder: a versão brasileira que se esforça para se afirmar como espelho do branco europeu (no limite do branco estadunidense). Seria a versão brasileira do homem branco que carrega o fardo de civilizador, que se diz religioso e zeloso da moral e dos bons costumes. Figura historicamente conhecida por seus traços sádicos, pela defesa do poder patriarcal, pelo machismo, pela homofobia, pelo racismo, pela xenofobia, pelo mandonismo, mas também pelos conchavos políticos, pelas redes de poder nem sempre

⁷ Identidade racial do branco construída na relação com colonialismo. Construto de poder (lugar social de vantagens materiais e simbólicas) alicerçado pela negação e/ou submissão da potência de outras identidades. Lugar a partir do qual o branco se vê e classifica aos demais tomando-se como referência do que é bom, correto e desejável (SILVA, 2017).

lícitas, por fazer da política (do espaço público) instrumento para realização de suas vontades e desejos mais hediondos de poder.

É um sadismo que tem origem de longa data. Ele nos remete ao histórico escravagista que, embora tenha passado por um processo de apagamento em nome da construção de um país que se vendeu como “democracia racial”, está latente no imaginário social e emerge em situações cotidianas de violências impingidas pela lógica da colonialidade de poder. Não faltam exemplos nos noticiários de como nossa sociedade ainda opera a partir da lógica da colonialidade. Vejamos algumas manchetes:

“Racismo contra imigrantes no Brasil é constante, diz pesquisador⁸. (26 agosto 2015).

“Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio. Em mensagens trocadas por meio de um aplicativo, eles a xingaram e a humilharam por ser negra. Colégio Franco-Brasileiro divulgou nota de repúdio e encaminhou o caso ao Conselho Tutelar.⁹ (20/05/2020)

“Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório”¹⁰ (15/07/2020)

“Entregador sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos: Nas imagens, é possível ver que morador aponta para a própria pele e diz que o motoboy tem ‘inveja disso aqui’. Profissional registrou boletim de ocorrência.” (7/08/2020)¹¹

“Juíza cita raça de réu negro em sentença de condenação no Paraná” (12/08/2020)¹²

⁸ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150819_racismo_imigrantes_jp_rm. Acesso em: 21 nov. 2020.

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/estudante-e-vitima-de-racismo-em-troca-de-mensagens-de-alunos-de-escola-particular-da-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 21 nov. 2020.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/07/entregador-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-sofrer-ofensas-racistas-em-condominio-de-valinhos-video.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2020.

¹² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/juiza-cita-raca-de-reu-negro-em-sentenca-de-condenacao-no-parana-24581979>. Acesso em: 24 nov. 2020.

“ONU menciona caso do menino Miguel como exemplo de “racismo sistêmico”. Garoto que morreu ao cair do 9º andar de prédio da patroa da mãe é citado como exemplo de que certas populações são vulneráveis na pandemia.”¹³ (29/09/2020)

“Gerente de loja de Governador Valadares é vítima de racismo e recebe homenagens de colegas de trabalho: ‘Quero que as pessoas se amem’. Bruno Mendes conta que uma idosa disse ao marido que um negro não poderia ser gerente de uma loja grande.”¹⁴ (17/11/2020)

“Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre.”¹⁵ (20/11/2020)

São esses alguns exemplos de como a lógica do racismo ainda organiza, mesmo dentro de um regime democrático, os modos de ser e agir dos brasileiros fazendo perpetuar a assimetria de poder a partir da pedagogia da violência que tem cumprido a função de relembrar (atualizar) a todas e todos a lógica de poder atuante.

Nossa compreensão sobre democracia tem deixado a desejar em relação à problematização da função que o racismo tem desempenhado na sociedade. Essa é uma discussão que precisa ser feita urgentemente. Os fatos apresentados acima (como manchetes de jornais) quando analisados de perto revelam as diferentes dimensões sociais que são atravessadas pelo racismo e que comprometem o sentido primeiro da democracia. O que nos sugere que ele cumpre uma função social: manter uma dada estrutura de poder em ação, isto é, controlar aqueles que são classificados como “classes perigosas” por ameaçarem o projeto de modernidade e de branquitude ainda em construção em nosso país (CHALHOUB, 1996; SILVA, 2020).

Quando partimos dessa perspectiva de análise situamos as ações de Jair M. Bolsonaro não como um “louco”, mas como representante de sentimentos latentes em muitos dos

¹³Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/onu-menciona-caso-do-menino-miguel-como-exemplo-de-racismo-sistemico>. Acesso em: 24 nov. 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2020/11/17/gerente-de-loja-de-governador-valadares-e-vitima-de-racismo-e-recebe-homenagens-de-colegas-de-trabalho-querem-que-as-pessoas-se-amem.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2020.

brasileiros. Não por acaso se apresenta (e é legitimado enquanto tal por parte de seu eleitorado) como “Capitão”. Torna-se aquele que capitaliza o espírito antidemocrático, retrógrado que nos remete aos capitalistas escravagistas de outrora. Essa figura quando no poder fala e faz o que muitos gostariam.

Bolsonaro e sua família ainda representam a figura do político profissional brasileiro que tem na política seu meio de vida, sua afirmação existencial. Com o histórico de três décadas na política, durante esse tempo passou por diversos partidos, abriu espaço para sua família adentrar na política a ponto de três de seus filhos alcançarem posições de controle no poder público enquanto representantes do povo. Uma vez na “casa do povo”, a família Bolsonaro se enraizou no poder, valendo-se da estrutura democrática para desqualificar, desconstruir e deslegitimar os alicerces do sistema democrático em prol de seus objetivos pessoais de permanência no poder.

3. Entre o ódio, a democracia e a sedução da classe média

“O presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade”
Jair M. Bolsonaro (21/10/2020)¹⁶

Analisar de forma concreta e objetiva um regime é um desafio para os cientistas políticos. Muitos autores já propuseram rankings de democracias ou mesmo formas de comparar regimes Dahl (1971); Huntington (1991). Democracia como nos mostra Bovero (2002), ao pé da letra seria o poder de tomar decisões coletivas. Em grego *demos* significa povo e *cracia*=governo. Na democracia, portanto, o poder político é exercido pelo povo. Contudo, eleger quem decide, não é exatamente decidir. Delegar a decisão é o que o autor chama de partidocracia, o que pode ser uma qualificação ou um vício diante do conceito original¹⁷. Numa democracia de “massa” a democracia se aproxima da

¹⁶ Cf.: . Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁷ Um ponto paralelo ao vício da “partidocracia” é notarmos o controle que “famílias” fazem destes partidos ou como o poder é muitas vezes transmitido no Brasil de pai para filho ou se perpetuam dentro

metáfora do “jogo”, um jogo no qual o eleitor avalia, escolhe e fiscaliza podendo periodicamente voltar a decidir. Como ressalta Bovero (2002, p. 59) o “cidadão enquanto eleitor é uma espécie de juiz dos candidatos, mas depois das eleições deve prolongar a sua atividade tornando-se juiz dos eleitos”.

Como nos mostra Paiva (Et al.:) no Brasil, a rejeição aos políticos e seus partidos é alto. Nos partidos há pouca clareza programática e o posicionamento ideológico é marginal. Com exceção de alguns partidos com histórico no campo da esquerda e de alguns partidos contemporâneos que resgatam plataformas liberais, a política partidária é dominada por “donos de partidos” e por “políticos profissionais” que transitam entre partidos com perfil que vai desde “centro-direita” a “centro-esquerda”, conforme a leitura política do momento.

Bolsonaro apesar de seus 28 anos como deputado e de ter passado por oito partidos diferentes foi eleito com um discurso de *outsider*, antissistema e, encarnando a rejeição aos políticos e aos partidos tradicionais. Com 46% dos votos válidos no primeiro turno, se colocava como um “herói” que iria purificar o sistema e resolveria os problemas destruindo os mecanismos de uma democracia corrupta e controlada por alguns poucos “donos de partidos”. No segundo turno é eleito com 57,7 milhões de votos.

Com críticas a políticas identitárias e com viés moralista, a campanha à presidência realizada por Jair M. Bolsonaro soube explorar o sentimento de ostracismo presente, particularmente, entre homens brancos mais velhos, mas também entre brasileiros com perfil conservador. A desindustrialização da economia aumentou a incerteza econômica e fragilizou a classe média que passa a ver-se ameaçada (econômica e simbolicamente) também pela ascensão de uma classe média “nova” (impulsionada, sobretudo por políticas públicas de divisão de renda), outrora classificada como “classe baixa”. Afora esse contexto, no plano internacional, as consequências da globalização (aumento da

de poucas famílias. Dados sobre isso em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/de-pai-para-filho-as-%e2%80%9ccapitanias-hereditarias%e2%80%9d-do-congresso/> Acesso em 16 nov. 2020.

pobreza, violências generalizadas, insegurança cultural e econômica) desencadearam um contexto em que o discurso de Bolsonaro encontrou eco.

Bolsonaro surge neste cenário como um candidato anti-sistema. Para quem o “sistema” é a “esquerda” e as próprias instituições democráticas como deixava evidente em suas falas no congresso.

A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo.¹⁸

Discursava Bolsonaro perante a Câmara em 1999 e no mesmo ano em reportagem para um veículo de comunicação afirmava seu desejo por fechar o Congresso, pois em sua visão: “O Congresso hoje em dia não serve para nada”.¹⁹

Ao longo de sua carreira política Bolsonaro constrói-se como um personagem polêmico, fazendo apologia à tortura, ao estupro, à violência policial (para citar alguns temas)²⁰. Quando se lança em campanha para a presidência nacional se apresenta como alguém que teria “poder total”, alguém que não precisaria negociar, ceder nem fazer acordos. Alguém que enfrentaria todo e qualquer “interesse” seja econômico, político ou de classe e que colocaria em prática sua agenda disruptiva, ou seja, que iria avançar sobre outras instituições ou mesmo diante da Constituição.

É um ator que joga tanto com o ódio “popular” contra os políticos e contra o “sistema” como também flerta com as elites que enxergam no processo eleitoral um jogo viciado e corrupto. Para os “revoltados” ou descontentes com a democracia projeta-se nas *eleições* tanto a causa como a solução para os problemas enfrentados por eles.

Sua estratégia de campanha baseada em “Fake News”, conflitos, personalismo (arranjos políticos) e temas polêmicos (e não em plano de governo) tocavam em pontos fulcrais –

¹⁸ Cf.: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

¹⁹ Cf.: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

²⁰ A esse respeito ver: https://www.huffpostbrasil.com/entry/frases-polemicas-bolsonaro_br_5dfbc06ae4b0eb2264d666b7. Acesso em: 24 nov. 2020.

embora latentes – do imaginário social brasileiro, sobretudo daqueles brasileiros que se sentiam ameaçados pelas mudanças estruturais iniciadas nos governos anteriores, especialmente de esquerda que visavam no limite, assegurar o gozo dos direitos constitucionais. Naquele contexto, a estrutura legada pela colonialidade de poder calçada na concepção hierárquica racial que historicamente organiza a sociedade brasileira estava, em algum sentido, sendo abalada. Dessa forma, a elite (especificamente a branquitude brasileira) passa então a reagir buscando apoio político para manter-se no poder e manter seu *status quo*. Movida por esse ranço racial esse grupo encontra na narrativa da família Bolsonaro afinidade. Passa a instrumentalizá-lo (já que Jair Bolsonaro se afirmava capaz de desmontar o sistema vigente) para servir aos seus propósitos de poder e de projeto para a nação. Assim sua campanha passa a ser impulsionada por diferentes “descontentes” (empresários, religiosos, políticos, militares, classe média conservadora até grupos neonazistas).

Já no poder, seu governo segue na retórica populista buscando, a partir de polêmicas, reafirmar sua capacidade de desconstruir²¹. Vale-se do personalismo e usa da dicotomia amigo/inimigo tanto para definir seus inimigos externos (geralmente governadores com pretensão presidencial) e inimigos internos²² (ministros que se destacam e que alçam voos próprios ou ainda que criticam e afetam os interesses do presidente). Bolsonaro tenta afirmar sua autoridade de presidente democraticamente eleito, alimentando-se do ódio à democracia de maneira mais geral e flertando com o autoritarismo.

Democracia em sua lógica parece se restringir ao ato de eleger os governantes. Esquece-se de que há uma série de *direitos e deveres* que qualificam e sustentam a ideia de “democracia liberal” sustentada por “valores democráticos” como a liberdade, inclusão, igualdade, respeito, tolerância, comprometimento e verdade. Valores que, apesar de conceituais e abstratos formam o “chão da democracia”, seu alicerce e deve ser garantido pelo representante maior desse regime.

²¹ De fato, desconstrói importantes políticas públicas voltadas, sobretudo, para as ditas “minorias”.

²² Bolsonaro por exemplo recusou-se a assinar o diploma de um prêmio de literatura (em parceria entre Brasil e Portugal) dado a Chico Buarque. Cf. em <https://blogdacidadania.com.br/2020/01/bolsonaro-se-recusa-a-assinar-premio-de-chico-buarque/> Acessado em 28 out. 2020.

A partir de suas posturas podemos entender que Bolsonaro não quer união, não quer cooperação, não espera o “bom senso”. Não quer admitir concessões, não quer negociar. Pelo contrário, sua postura quando confrontado seja pelo “Estado de Direito” ou por um dos poderes da república é de “inflamar as paixões”, produzir conflitos manifestando seu viés autoritário o que choca com o papel que é esperado por um presidente dentro de um regime democrático. Por isso o processo decisório do governo tende a ser caótico, pois como nos mostram Sodaro [et al.] (2008, p. 175), democracia pressupõe “acordos”, “negociações” que levam a concordância, ao entendimento, a uma agenda comum. Sem cooperação o processo decisório colapsa. Os autores ressaltam que no sistema democrático é preciso “um comprometimento ao máximo com a cooperação via barganhas, feitas com paciência, e acomodação²³”.

Como quem representa todos os revoltosos com o sistema democrático de direito, Bolsonaro prega veladamente um ódio à democracia (ou ao sistema). Seja na economia ou mesma na relação entre sociedade e Estado sua perspectiva se pauta por uma visão “hobbesiana” do ser humano. Trata-se de enfatizar que somos seres “egoístas” por “natureza” e, portanto, qualquer princípio de igualdade se aplica apenas como uma igualdade mercantil. Lidar com outros “diferentes”, seja esta diferença de etnia, de religião ou de gênero, nesta lógica, se faz por meio de uma concepção hierárquica que, no limite, tende a desqualificar e restringir direitos ao mesmo tempo em que reforça privilégios para seu grupo.

Ao analisarem as posturas do governo Bolsonaro (tanto do presidente quanto de seus ministros) as pesquisadoras Luciane de Paula e Ana Carolina Siani Lopes sublinham que os bolsonaristas:

[...] ancorados num populismo ultranacionalista de extrema direita neonazifascista pautam-se na eugenia como higienização (embranquecimento), com pretexto de desenvolvimento econômico, que se fia na manutenção da hierarquização e da desigualdade para a conservação da dominação política e social. (PAULA e LOPES, 2020. p.42).

²³ No Original “commitment to cooperative with on another as much as possible through patient bargaining and accommodation”.

Ao examinarem a vida política de Jair Bolsonaro Paula e Lopes (2020, p.38-39) citam cinco discursos proferidos – em diferentes momentos – por ele na Câmara dos Deputados que apontam para uma compreensão de fundo eugênico como sua visão de política eficaz para a nação. São estes:

1. "Devemos adotar uma rígida política de controle da natalidade. Não podemos mais fazer discursos demagógicos, apenas cobrando recursos e meios do governo para atender a esses miseráveis que proliferam cada vez mais por toda esta nação" (1992);
2. "Não adianta nem falar em educação porque a maioria do povo não está preparada para receber educação e não vai se educar. Só o controle da natalidade pode nos salvar do caos" (2008);
3. "Defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espalhando neste país. Quem não tem condições de ter filhos não deve tê-los. É o que defendo, e não estou preocupado com votos para o futuro" (2010);
4. "Tem que dar meios para quem, lamentavelmente, é ignorante e não tem meios de controlar a sua prole. Porque nós aqui controlamos a nossa. O pessoal pobre não controla (a dele)" (2013); e
5. "Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo" (2013).

Destacamos ainda, para reforçar os fatos trazidos pelas autoras, outras práticas do governo de Jair Bolsonaro que explícita a visão de sociedade que seu governo deseja construir.

FIGURA 1- Parte da peça publicitária do Banco do Brasil que foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (2019)²⁴



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-veto-de-bolsonaro-comercial-do-banco-do-brasil-pecas-publicitarias-de-estatais-vaopassar-por-aprovacao-do-planalto-23623678>

FIGURA 2 - Peça publicitária do governo do presidente Jair Bolsonaro usada para divulgar o programa Pró-Brasil (2020)²⁵



Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/gabinete-de-braga-netto-criou-peca-polemica- apenas-com-criancas-brancas/>.

²⁴ “Bolsonaro veta propaganda do Banco do Brasil, e diretor é afastado. Peça, que incentiva a abertura de conta corrente por meio de aplicativo, era parte de campanha que explora diversidade racial e sexual e tenta atrair jovens”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-veto-de-bolsonaro-comercial-do-banco-do-brasil-pecas-publicitarias-de-estatais-vaopassar-por-aprovacao-do-planalto-23623678>. Acesso em: 24 nov. 2020.

²⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/gabinete-de-braga-netto-criou-peca-polemica- apenas-com-criancas-brancas/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Tanto a **figura 1**, quanto a **figura 2** apontam para uma prática do governo de Bolsonaro que desvela sua visão sobre o povo brasileiro. Em ambas as situações a máquina estatal foi usada seja para desconstruir a representação das diversidades que nos constitui, seja para formular e propagar uma falsa homogeneidade (praticamente nórdica) a partir do que seria o futuro (representado pelas crianças) do Brasil (figura 2).

A mesma lógica de raciocínio está presente em relação às diversidades de gênero, étnico-racial e sexual como se pode perceber pelas falas de Bolsonaro apontadas na sequência:

“Índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários.”

(Midiamax, 22 de Abril de 2015).

“Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional”

(Campo Grande News, 22 de Abril de 2015).

“Se eu assumir [a Presidência do Brasil] não terá mais um centímetro para terra indígena”

(Dourados, Mato Grosso do Sul, 8 de Fevereiro de 2018).

“Vamos integrá-los à sociedade. Como o Exército faz um trabalho maravilhoso tocante a isso, incorporando índios, tá certo, às Forças Armadas”

(Globo News, 3 de Agosto de 2018).

“Nosso projeto para o índio é fazê-lo igual a nós.”

(Notícias UOL, 1 de Dezembro de 2018).

“Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós.”

(UOL Notícias, 23 de Janeiro de 2020).²⁶

Desde antes de assumir o comando da nação brasileira, Jair Bolsonaro já demonstrava sua visão alinhada ao pensamento que vê a população originária do Brasil como seres inferiores, “pobres coitados” destituídos de bens materiais e carentes de civilização. Visão que permanece após sua chegada ao poder a partir de 2019 e que favorece o desmonte de políticas públicas voltadas às ditas “minorias”.

Do mesmo modo a população LGBTQIA+ é violentada a partir de ações do governo Bolsonaro.

“O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?”

(Enquanto Deputado em 2010)

“Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”

(Ao conceder entrevista à revista Playboy em 2011).

“Não existe homofobia no Brasil. A maioria dos que morrem, 90% dos homossexuais que morrem, morre em locais de consumo de drogas, em local de prostituição, ou executado pelo próprio parceiro”

(Em entrevista à minissérie documentário *Out there*, exibida pela emissora britânica BBC em 2013)²⁷.

²⁶ Todas as frases foram compiladas e são apresentadas no seguinte endereço: <https://survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>. Acesso em: 25 nov. 2020.

²⁷ Todas as frases foram compiladas e são apresentadas no seguinte endereço:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Num país em que o machismo constitui a masculinidade e que o feminicídio tem taxas altíssimas (sobretudo em mulheres negras) posições como essas surtem significativo impacto como reforço e naturalização de múltiplas violências (efetuadas dentro do sistema democrático). São posições que muito se assemelham a um ideário propagado por eugenistas brasileiros durante a primeira metade do século XX (SILVA, 2020).

Por fim trazemos exemplos da visão deste governo em relação à população negra brasileira (que, em 2020, já soma mais da metade da população brasileira).

“Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”

(Em entrevista ao programa *CQC*, da Band em 2011)

“A escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver”

(Em referência aos imigrantes e refugiados, 2015)

“Fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (Afirmção dita em palestra no Clube Hebraica, no Rio em 2017)

“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso.”

(Fala dita próximo ao segundo turno das eleições presidenciais em entrevista à TV Cidade Verde, Piauí, 2018).²⁸

Em 20 de novembro de 2020, diante do assassinato de um homem negro (João Alberto Silveira Freitas) por seguranças de uma grande rede de supermercado em Porto Alegre o vice-presidente Hamilton Mourão e o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio

²⁸ Todas as frases foram compiladas e são apresentadas no seguinte endereço: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Camargo vieram a público afirmar que não há racismo no Brasil. Segundo Mourão o racismo é algo que tentam “importar aqui para o Brasil, não existe aqui.” Para Mourão o que existe no Brasil é desigualdade social que atinge “gente de cor”²⁹. Para Camargo o racismo no Brasil é “circunstancial”³⁰.

Essas posições não indicam apenas uma estratégia de governo (pautada pela polêmica e conflito), mas, sobretudo nos mostra quais são os valores intrínsecos a esse governo: valores antidemocráticos permeados pela lógica colonial racista e eugênica. Que se materializam no corpo da sociedade engendrando o extermínio físico e cultural da população negra (assassinatos; culto ao machismo; estímulo à desinformação pelos meios de comunicação que mais atinge a população de baixa renda; apagamento cultural – Fundação Palmares tornando-se instrumento para negação do racismo e da história da população negra; desmonte de políticas públicas, entre outras) bem como das outras expressões da diversidade humana presente em nossa sociedade (denominadas por “minorias”).

Essa estratégia recentemente tem sido interpretada de maneira mais aprofundada, isto é, pela sua conexão com o histórico racial de nossa sociedade³¹. Adensamos essa linha de raciocínio enfatizando que os temas trazidos nas falas e posturas do governo Bolsonaro são temas tratados pela intelectualidade brasileira na primeira metade do século XX, momento de construção e afirmação da identidade nacional e, conseqüentemente, das instituições modernas.

A preocupação com a degenerescência do branco brasileiro – a ligação imaginária com o passado europeu – (e, conseqüentemente da nação, segundo a lógica racista presente

²⁹ Cf.: “Hamilton Mourão diz que não existe racismo no Brasil”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/hamilton-mour%C3%A3o-diz-que-n%C3%A3o-existe-racismo-no-brasil/a-55682037>. Acesso em: 25 nov. 2020.

³⁰ Para uma análise do papel desempenhado pela Fundação Cultural Palmares no governo de Jair M. Bolsonaro ver artigo de Luciane de Paula e Ana Carolina Siani Lopes: “A EUGENIA DE BOLSONARO: LEITURA BAKHTINIANA DE UM PROJETO DE HOLOCAUSTO À BRASILEIRA”. In: **Revista Linguagem**, São Carlos, v.35. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Setembro/2020, p. 35-76.

³¹ A título de exemplo ver: Cida Bento: Eugenia e coronavírus. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/saude/26895/eugenia-e-coronavirus> Acesso em: 25 nov. 2020; Atila Iamarino: “Eugenia de rebanho” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/atila-iamarino/2020/10/eugenia-de-rebanho.shtml>. Acesso em: 25 out. 2020. E ainda os estudos de: Paula e Lopes (2020) e Góes (2018).

na colonialidade e poder) por meio da miscigenação com as “raças inferiores” (segundo teorias racialistas) fomentou respostas e ações públicas e privadas em torno de políticas de branqueamento físico, moral e cultural dos ditos “degenerados” (indígenas, negros, doentes, analfabetos, homossexuais, entre outros). A partir da preocupação com a saúde (metáfora usada para a preocupação com degenerescência racial) dos brasileiros e da nação os movimentos higienistas, sanitaristas e eugênicos ganharam espaço no imaginário social brasileiro, bem como em instituições na área da saúde, do direito, da educação e da cultura³².

Na segunda metade do século XX houve significativo esforço por parte de setores da sociedade brasileira (especialmente aqueles envolvidos com preceitos racistas) de apagar de nossa história tais ações. Uma das estratégias utilizadas foi a afirmação do Brasil como um país que convive bem com todas as “raças”, um país democrático, acolhedor, um “caldeirão de cultura”. No plano cotidiano, no entanto, o racismo e a intolerância com as diversidades ao invés de diminuir aumentaram trazendo à tona ações que apontam para os valores de outrora, hoje novamente buscando legitimidade social.

³² A própria Constituição Federal de 1934 expressou o resultado dessa articulação. Vejamos a redação do artigo 138 onde consta:

“Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934, s/p, grifo nosso). A Constituição Federal de 1934 (artigo 138) expressou o desejo de grupos eugênicos articulados a partir de uma vasta rede em torno do principal eugenista brasileiro Renato Ferraz Kehl para os quais caberia ao Estado, orientado pelos homens de ciência e de cultura (homens de bem) garantir que a nação brasileira fosse tal qual as nações modernas, isto é, branca física, cultural e mentalmente (SILVA, 2020).

4. Autoritarismo e populismo no líder democraticamente eleito

“Antes de construir é preciso ‘desconstruir muita coisa’ no Brasil.”
Jair M. Bolsonaro

Vale ainda destacarmos outros elementos importantes que compõem a estratégia do governo de Bolsonaro: o populismo e o autoritarismo. Estratégias que desempenharam (em sua campanha) e desempenham (em seu governo) papel de destaque no modo de atuar e de colocar em prática sua visão de sociedade.

Nos termos de Jacques Rancière (2015, p. 1084) “toda maioria democrática é na verdade apenas a minoria mais forte”. E com base nesta máxima que serve a Bolsonaro para propor uma agenda não consensual³³, às vezes flertando com movimentos radicais outras vezes ecoando discursos fundamentalistas.

Como nos mostra o pesquisador da UERJ, Pedro Villas Boas³⁴ na lógica “amigo/ inimigo” (ideia que Carl Schmitt usa em 1922 para sua teoria sobre soberania) reforça-se o poder soberano e o soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção. No caso de Bolsonaro o estado de exceção pode ser o famigerado Artigo 142, da intervenção militar, ou pode ser a decisão sobre como reagir à pandemia ou mesmo sobre qual deve ser a política sobre aborto³⁵. Uma política pautada pela lógica de amigos/inimigos está aberta para a violência. E esta violência serve ao “soberano” que pretende ou restaurar uma ordem ou fundar uma nova ordem.

³³ Cf. por exemplo postura do governo brasileiro em “defesa da vida” e contra o aborto como forma de “planejamento familiar”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-aliam-jamais-havera-direito-ao-aborto.htm>. Acesso em: 28 out. 2020.

³⁴Cf. conferência em:

https://www.youtube.com/watch?v=nEn7N50xu0Y&ab_channel=Semin%C3%A1rioIESP. Acesso em: 28 out. 2020.

³⁵ Cf. em: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-define-como-meta-proteger-a-vida-desde-a-concepcao-em-decreto/> Acesso em: 28 out. 2020.

O populismo virtual de Bolsonaro é mais forte que a organização de grupos paramilitares na vida real³⁶. No mundo virtual sobram discursos atacando inimigos. E estes inimigos podem ser “comuns” a diferentes países. Neste ponto parece contraditório um movimento político populista, cujo líder tem fixação no seu poder soberano, ser também internacionalista. Curiosamente propõem uma “internacional anticomunista” ou uma “luta global contra os globalistas”. Contudo, nos termos do embaixador Roberto Abdenur³⁷: “Bolsonaro levou o Brasil há uma posição de isolamento internacional.” O Brasil hoje só tem três amigos no mundo internacional: Israel, Hungria e Polônia. Israel é um governo de extrema-direita, Hungria e Polônia além de serem governados pela extrema-direita têm líderes autoritários. Bolsonaro mesmo com seu tom “antidiplomacia” não hesita em sinalizar seus amigos e inimigos.

A principal evidência que líderes autoritários democraticamente eleitos nos revela é que eles se comportam como “candidatos a ditadores” não exatamente a presidente ou primeiro-ministro. No caso de Bolsonaro uma parte do eleitorado, em torno de 10% segundo Marcos Nobre (2020), votou acreditando que o melhor para o Brasil seria uma ditadura e que Bolsonaro seria o “melhor ditador”. Bolsonaro se entende como um defensor dos militares e nostálgico do Regime Militar³⁸.

No caso de Bolsonaro há um movimento duplo de tentar tanto esconder seu viés autoritário enfatizando suas credencias “conservadoras”, “religiosas” ou “neoliberais”, como de dar vazão a sua imagem de “líder forte” que não abre mão de sua “autoridade”

³⁶ Embora eles existam. O caso mais famoso é do grupo organizado pela militante conhecida como Sara Winter, “300 do Brasil” que organizou acampamento em Brasília com pessoas armadas, organizou protesto que imitava protesto com tochas feito pela extrema direita nos EUA e que no seu auge promoveu um “ataque” de fogos de artifícios ao STF em 13/06/2020. Após este ataque Sara Winter foi presa de forma temporária. Há outros casos ainda do tempo de Bolsonaro como deputado, em 2011, quando por exemplo ele insinuou que relacionamentos inter-raciais seriam “promíscuos” e que seus filhos não poderiam ser gays por que foram bem educados. Estas manifestações levaram grupos especialmente neonazistas a se manifestarem na Avenida Paulista contra o casamento inter-racial e contra as cotas raciais. Cf. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/06/neonazistas-ajudam-a-convocar-ato-civico-pro-bolsonaro-em-sao-paulo.htm> Acesso em: 28 out. 2020.

³⁷ Cf. entrevista em: https://www.youtube.com/watch?v=SDIDDtej4J8&ab_channel=MarcoAntonioVilla Acesso em: 28 out. 2020.

³⁸ Como é comum acontecer com as pessoas nostálgicas, fantasia e realidade acabam se misturando. Bolsonaro gosta de contar, por exemplo, que teria ainda na sua juventude “ajudado os militares na caça a Carlos Lamarca em sua cidade natal, Eldorado, no noroeste paulista”. Cf. investigação sobre infância de Bolsonaro em Eldorado em: <https://open.spotify.com/episode/1YZtqK4nc6ivsIHZXHtA6v>

e que não hesita em “decidir”. E decide conforme suas prioridades. Neste ponto fica evidente seu personalismo. Sua postura de misturar interesses privados com “questões públicas” regatando o velho problema da democracia brasileira: o patrimonialismo³⁹.

Bolsonaro oscila entre momentos que flerta com uma espécie de poder popular contra os poderes constituídos e, em outros momentos ao contrário, se vê como um governo minoritário e tenta governar por decretos⁴⁰. Oscila entre a acomodação política que lhe permite uma “liberdade positiva”, ou seja, certo grau de autonomia política, e momentos de “soco na mesa” clamando por “liberdade negativa”, a liberdade que flerta com o estado de natureza dos contratualistas. É uma liberdade predatória que naturaliza a violência. Pesquisas como a de Letícia Cesarino (2020) apontam que o governo Bolsonaro investe num populismo virtual quando busca estabelecer comunicação virtual com sua base; atacar, difamar e propagar mentiras sobre seus inimigos políticos além de fazer campanha política.

Na internet Bolsonaro reforça sua perspectiva de líder “outsider”, sempre na defensiva, sempre encurralado por forças que o querem derrotar. Promove uma espécie de “carnaval”, ecoando teorias conspiratórias, desqualificando a ciência, desconsiderando a opinião pública e rompendo abertamente com o decoro do cargo. Nesta estratégia, Bolsonaro age como se cada dia fosse uma nova batalha e como “líder” suas qualidades e vícios se misturam. Segui-lo como “líder/mito” exigiria, portanto, admirá-lo tanto por suas supostas qualidades como supostos vícios. Seus seguidores muitas vezes têm voz ativa e mais importante do que seus ministros, assessores ou o que diz os especialistas⁴¹.

³⁹ Desde a tentativa frustrada de ver um de seus filhos nomeado embaixador em Washington D.C. Passando pelo uso das contas oficiais do pai por outro filho e chegando no uso de ferramentas do Estado para auxiliar na defesa de um 3º filho. Cf. em: <https://veja.abril.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-desiste-de-ser-embaixador-nos-estados-unidos/>; <https://theintercept.com/2019/02/22/carlos-bolsonaro-twitter-jair-bolsonaro-presidente/>; <https://istoe.com.br/bolsonaro-envolve-abin-e-gsi-em-reuniao-com-defesa-de-flavio-sobre-rachadinha/> Acesso em: 29 out. 2020.

⁴⁰ Cf. em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/06/04/interna_politica,760088/bolsonaro-edita-recorde-de-decretos-desde-collor.shtml Acesso em: 29 out. 2020.

⁴¹ Ao contrário da indicação de seu ministro da saúde por exemplo, atendendo crítica de seguidora, Bolsonaro afirma que não comprará “vacina chinesa”. Cf. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/bolsonaro-fala-em-traicao-e-diz-que-nao-vai-comprar-vacina-chinesa.shtml>. Acessado em: 16 nov. 2020.

A postura autoritária de Bolsonaro e sua capacidade de mobilizar um eleitorado radicalizado é o que se destaca como uma novidade no debate brasileiro. O governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, produziu na breve democracia brasileira um efeito *reset* ao mesmo tempo em que incluiu tardiamente o Brasil na “onda populista⁴²”. Seu gabinete montado em 2019 e seus primeiros 24 meses no poder revelam um governo que não só resgata problemas até então “esquecidos” ou superados pela opinião pública (a exemplo da eugenia; dos crimes cometidos pelo Regime Militar - especialmente no campo dos Direitos Humanos -; da importância da ciência e das pesquisas científicas; da importância das vacinas na saúde pública ou do IBGE para as políticas públicas) como debates já superados (como a importância de segurança no trânsito e a relação entre conservação do meio ambiente e crescimento econômico).

A ideia de “guerra de narrativas” é central na estratégia de comunicação de líderes da “onda populista”. Kakutani (2018) e Carpenter (2018) assinalam que estes novos líderes não estão preocupados exatamente em passar mentiras de forma despercebida, eles fazem uma espécie de “ilusionismo” no qual o expectador mesmo sabendo que “não é real” fica com a dúvida, se perguntando “será?” ou, mesmo contrariado, não resiste à tentação de “clique” na notícia ou de ouvir o comentário. Outra característica deste grupo de populistas é o resgate de uma suposta identidade nacional “conservadora” especialmente marcada pela religiosidade⁴³. No Brasil, Bolsonaro se apoia nas denominações evangélicas, doando dinheiro federal as organizações cristãs⁴⁴, mantendo igrejas isentas do fisco, permitindo a educação em casa (internacionalmente

⁴² Iniciada com o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) em 23 de junho de 2016, consolidada com a eleição de Donald J. Trump em novembro de 2016 e que deu novo sentido a vitórias de “partidos europeus que se definem como anti-liberais (como é caso da Hungria liderado pelo Fidesz-União Cívica Húngara e na Polônia com o Lei e Justiça). Complementam a “onda populista” a eleição de Rodrigo Duterte em 2016 nas Filipinas e do Jair M. Bolsonaro no Brasil em 2018.

⁴³ Estratégia também utilizada por outros líderes. Na Polônia o presidente Andrzej Duda se apoia no caráter católico dos poloneses para combater movimentos LGBTQ+, discutir o aborto e frear investigações contra a Igreja Católica. Nos EUA do governo Trump houve uma tentativa de aumentar a discriminação federal aos transgêneros (impedidos de servir ao Exército, por exemplo), além de recolocar em pauta – por meio de nomeação de juízes de perfil religioso e conservador – a batalha contra o aborto e contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Na Rússia Vladimir Putin aproxima-se da Igreja Ortodoxa Russa.

⁴⁴ Cf.: <https://www.onzedemaio.com.br/entidades-cristas-receberam-quase-70-da-verba-federal-para-comunidades-terapeuticas-no-primeiro-ano-de-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

conhecido como *homeschooling*) e levantando a bandeira contra o aborto⁴⁵ como uma espécie de norte de atuação em fóruns internacionais⁴⁶.

Em nosso país o nacionalismo surge como um tema capaz de amalgamar atores políticos improváveis em torno de uma aliança encabeçada por Bolsonaro. De um lado temos parte do empresariado e economistas neoliberais dispostos a privatizar a máquina estatal e a cortar impostos de outro, parte do empresariado e alguns políticos e militares que visam resgatar o que apontam como período de desenvolvimento do Brasil. Ou seja, é um nacionalismo sustentado por temas que não são consenso nem mesmo dentro do governo. Donde se pode compreender que o “nacionalismo” se tornou um termo usado para arregimentar e manipular interesses privados sob a névoa do bem público.

O nacionalismo resgatado pelo governo Bolsonaro tem marcas de um nacionalismo reacionário e não liberal (como tende a querer parecer). Nos termos de Breuilly (2016, p. 339):

[...] existe un abismo entre lo que se ha llamado nacionalismo liberal que se guía por los valores de la igualdad y la universalidad (nacionalismo político) y el nacionalismo reaccionario o de la identidad que reivindica la diferencia respecto a otras naciones y la homogeneidad cultural interna (nacionalismo cultural).

O slogan de campanha de Bolsonaro que virou também seu mote de governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” articula a ideia de “nação” – fruto da “independência do Estado brasileiro” – com a ideia de Estado – o instrumento que realiza a independência da nação. Em outras palavras, este nacionalismo “bolsonarista” é uma tentativa de um movimento orgânico. É a ideia de um movimento político que obtém o poder do Estado utilizando-se da ideia de nação como instrumento de mobilização para interesses particulares.

⁴⁵ Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-se-une-a-egito-indonesia-uganda-hungria-e-eua-em-declaracao-contr-o-aborto.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁴⁶ Esta reorientação leva o Brasil a abdicar do protagonismo que já teve nos fóruns e debates sobre direitos humanos e o leva a se aproximar de regimes fundamentalistas como Arábia Saudita que por sua vez usa do tema “aborto” como moeda de troca para que países ocidentais façam “vistas grossas” a mutilação genital feminina. Prática que afeta mais da metade das mulheres em alguns países de maioria muçulmana. Cf. estudo sobre o tema em: <https://www.who.int/eportuguese/publications/mutilacao.pdf?ua=1> Acesso em: 12 nov. 2020.

FIGURA 3 - Material de Campanha de Jair M. Bolsonaro

Fonte: Imagem publicada na conta do presidente da República no Twitter⁴⁷

A **Figura 3** divulgada nas redes sociais do governo reforça o argumento de um nacionalismo que viria de baixo para cima, do povo contra as elites. O nacionalismo serve aqui como uma “coletividade” que se projeta sob a nação. É um agrupamento de forças que, no limite, reivindica a conquista do poder. Ao mesmo tempo em que é um movimento político (entre a perceptiva revolucionária e contrarrevolucionária) é uma ideologia que serve também para conservar o poder. Este nacionalismo reacionário mais do que político é cultural e de base racista.

Trata-se de um nacionalismo que tem “ideias” tanto sobre a identidade cultural (racial) como sobre as liberdades individuais. Tenta-se diferenciar o Brasil de outras nações (“o

⁴⁷Disponível em:

https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 14 nov. 2020.

brasileiro precisa ser estudado”) ao mesmo tempo em que se propõe uma homogeneidade cultural (racial) interna a partir de valores pessoais (“tem que deixar de ser um país de maricas⁴⁸”). Este nacionalismo estereotipado e próprio de uma “guerra cultural” chega fácil as massas e ao ser repetido de forma exaustiva “Brasil acima de tudo Deus acima de todos” funciona como uma estratégia de poder que almeja neutralizar críticas e desqualificar adversários, além de mobilizar seus eleitores.

Conclusão

Essa reflexão não teve a pretensão de ser uma análise detida do governo Bolsonaro. Nossa intenção foi ressaltar aspectos presentes em seu governo que podem nos ajudar a construir uma visão mais sistêmica (ampla) sobre a crise democrática brasileira.

Ressaltamos que a sociedade brasileira descende do projeto de expansão capitalista europeu. O legado colonial deixou em nossa sociedade como herança a colonialidade de poder. Argumentamos que o racismo brasileiro nasce dentro de um projeto de colonialidade que por sua vez se insere dentro de um projeto maior de poder, o poder eurocêntrico. Esta visão eurocêntrica é parte do mito fundador da nacionalidade brasileira e historicamente é reproduzida por nossa elite desde os tempos coloniais. O racismo tal como argumentamos tem sido parte constituinte de nossa sociedade. Mesmo negado, submerso ou ignorado o racismo está potencialmente manifesto.

Procuramos demonstrar que o governo de Jair M. Bolsonaro não só se alinha a uma mentalidade retrograda e racista como também instrumentaliza (por meio de estratégias populistas e nacionalistas) o descontentamento de parte dos brasileiros frente aos desafios de um regime democrático em favor de um projeto de poder disruptivo.

No tema racial, Bolsonaro agrupa e dá sentido político a ideias que já estavam socialmente disseminadas. Sua capacidade de capitalizar esse sentimento latente e transformá-lo em capital político é algo que merece atenção porque tem por subproduto

⁴⁸ Fala de Bolsonaro em solenidade em 10/11/2020. Fonte [‘Tem que deixar de ser um país de maricas’, diz Bolsonaro sobre covid-19 - 10/11/2020 - UOL Notícias](#) Acesso em : 26 nov. 2020.

a naturalização do racismo, da xenofobia, do machismo da LGBTQIA+fobia o que em si tem custos enormes seja para o sistema democrático brasileiro (que tem sido sistematicamente afrontado) quanto para a vida dessas pessoas.

Os negacionismos expressos em vários campos (ambiental, racial, sanitário etc.) não são meras “mentiras” repetidas na esperança de tornarem-se “verdades”. Trata-se de estratégia política de investir na “guerra cultural” e na “guerra de narrativas”, mas sobretudo, é uma estratégia ilusionista de tentar tornar um presidente democraticamente eleito numa espécie de “soberano” que incorpora todo o poder, o poder popular mas também o poder de exceção, o poder de ditar e definir “amigos” e “inimigos”, um poder que, no limite, almeja ser ditatorial, totalitário.

Na candidatura Bolsonaro soube manipular a nostalgia, o ressentimento bem como a percepção de “medo” e de “ameaça” que supostamente a esquerda representaria; este contexto político em 2018 se manifestou como “revolta”, “onda conservadora” ou “recessão democrática” trouxeram de volta não apenas ideias muito bem enraizadas no imaginário social brasileiro como também lhe deram novo impulso e força. Como presidente eleito, o governo Bolsonaro segue como se estivesse ainda em campanha; desta vez, contra a própria Democracia.

Referências

BASTOS, Elide. Rugai. A questão social e a sociologia paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.31-39, jan./mar., 1991.

BOVERO, M. **Contra o governo dos Piores**. Uma Gramática da Democracia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

BREUILLY, J.. *The Oxford Handbook of the History of Nationalism*. Londres: Ed. OUP Oxford, 2016. 2a Edição.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

CARPENTER, A. *Gaslighting America: Why We Love It When Trump Lies to Us*. New York: Ed. Broadside e-books, 2018. 281 p. E-book.

CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D.. O BRASIL VAI VIRAR VENEZUELA: MEDO, MEMES E ENQUADRAMENTOS EMOCIONAIS NO WHATSAPP PRÓ-BOLSONARO*. *Revista ESFERAS - Universidade Católica de Brasília*, Brasília, n. 14, p. 1 - 17, 1 jun. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.31501/esf.v0i14.10374>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/10374>. Acesso em: 29 out. 2020.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Rio de Janeiro: USP, 1971.

DIAMOND, L. *The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World*. Nova Iorque, Ed. Times Books. 2008. 464 p. E-book.

ELIAS, N. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

GUILLUY, C. **O Fim da Classe Média: A fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HUNTINGTON, S. P. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. NY: University of Oklahoma Press, 1991.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: Notas sobre a mentira na era Trump**. São Paulo: Intrínseca. 2018. 272 p. E-book.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020. 80 p. E-book.

PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR, J. T. P. Eleitorado e Partidos Políticos no Brasil. In: **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p.388-408. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200007. Acesso em 26 nov. 2020.

PAULA, L. de; LOPES, Ana Carolina Siani: A EUGENIA DE BOLSONARO: LEITURA BAKHTINIANA DE UM PROJETO DE HOLOCAUSTO À BRASILEIRA. In: **Revista Linguagem**, São Carlos, São Carlos, v.35. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Setembro/2020, p. 35-76.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires. CLACSO, 2014.

RANCIÈRE, J. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Revista Afro-Ásia, v. 18, p. 77-101, 1996.

SILVA, P. E. da. **As origens da USP: raça, nação e branquitude na universidade**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, P. E. da. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. In: MÜLLER, T; CARDOSO, L. C. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017

SILVA, P. E. da. **Professor Negro universitário: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SNYDER, T. **Na contramão da liberdade: A guinada autoritária nas democracias contemporâneas**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SODARO, M. J.; COLLINWOOD, D. W.; DICKSON, B. J.; KLESNER, J. L.; SISK, T. **Comparative Politics: A Global Introduction**. Boston, 2008.

TINEU, R. A emergência de alguns conceitos caros à democracia: raça, preconceito, racismo e discriminação. In: **Revista Laboratório**, n.2 (2020) - Laboratório de Política, Comportamento e Mídia – Labô / Fundação São Paulo/PUC-SP. Disponível em: <https://offlattes.com/archives/category/revista-laboratorio-2>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Recebido: 30.11.2020
Aprovado: 10.12.2020